

Educação musical e educação para as relações étnico-raciais: a realidade de um curso superior de licenciatura em música

Luísa Maria Matos de Melo

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
lumelo11@hotmail.com

Fernando Stanzione Galizia

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
fernandogalizia@gmail.com

Resumo: O presente trabalho trata-se de um projeto de pesquisa de Iniciação Científica em andamento, cujo objetivo é investigar como as questões étnico-raciais têm sido discutidas no curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A proposta é analisar os conteúdos do currículo do curso no que toca à diversidade étnico-racial, bem como averiguar como este dialoga com o contexto nacional de debates em torno da questão racial na educação musical. Além disso, será examinado qual a percepção das(os) estudantes negras e negros do curso sobre o currículo no que tange à questão étnico-racial e qual a percepção destes sobre a abordagem desses conteúdos pelos professores e professoras. Para a realização da mesma, propomos uma abordagem metodológica que se utilizará da análise documental e também da entrevista semiestruturada como instrumentos de coleta de dados. Desta forma, com essa pesquisa, espera-se contribuir com as reflexões sobre como se dá a articulação entre diversidade étnico-racial, currículo e formação de professores na área de Educação Musical, especificamente no curso de Licenciatura em Música da UFSCar.

Palavras-chave: Educação Musical, Relações Étnico-Raciais, Currículo, Licenciatura em Música.

Introdução

Tenho 24 anos mas, parafraseando Bianca Santana (2015, p. 13), sou negra há apenas seis. Antes eu era morena¹. Sou natural de Salvador – BA, lá vivi a maior parte de minha vida e, entre idas e vindas, decidi dedicar-me à carreira de educadora musical. Essa escolha foi fruto do desejo que sempre tive de fazer com que as pessoas pudessem ter acesso às mais variadas experiências musicais, sobretudo de modo que nunca tive: através

¹ No original: “Tenho 30 anos, mas sou negra há dez. Antes, era morena”.

de aulas, oficinas, projetos socioculturais – tudo que pudesse complementar a relação informal com a música e que nós, enquanto profissionais da área, temos a oferecer para tornar a vivência musical mais prazerosa e diversa.

Passei alguns anos questionando a coincidência de ter saído daquela que é considerada a cidade mais negra do mundo – ou seja, com maior porcentagem de cidadãos autodeclarados negros e pardos – fora da África² para estudar e morar numa das últimas cidades do Brasil a abolir a escravidão. De algum modo essa combinação de informações me levou a refletir sobre a minha presença na Academia, bem como a maneira com a qual nossas identidades e individualidades são levadas em consideração nas nossas relações interpessoais e profissionais dentro desse espaço.

O Brasil é caracterizado como um país diverso culturalmente e socialmente. Essa diversidade, ao longo do processo histórico de construção do país, vem sido discutida de diferentes maneiras, com debates que acompanham as constantes pesquisas por profissionais das Ciências Humanas e por organizações como, por exemplo, o Movimento Negro. Superar o ideário da democracia racial tem sido o maior desafio dessas frentes que buscam desconstruir conceitos e preconceitos tão imbricados no senso comum da sociedade brasileira e que afetam as relações étnico-raciais no âmbito econômico, social e cultural. A demanda atual é, mais do que essa desconstrução, a afirmação e reconhecimento da identidade e cultura afro-brasileira como constituinte legítima da história do nosso país para além dos estereótipos e perpetuação do estigma da marginalização.

Sobre essas questões no contexto educacional, Abdias do Nascimento (1978, p.95) afirma:

O sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro - elementar, secundário, universitário - o elenco das matérias ensinadas constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra

² Para mais informações sobre isso, ver: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/salvador-e-municipio-com-maior-porcentagem-de-negros-do-brasil>>.

[...] falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros.

Nesta obra, o autor discute sobre as variadas formas de genocídio da população negra brasileira. Apesar de passar por diferentes áreas – economia, cultura, religiosidade, etc. – por muitas vezes o autor volta a debater sobre a educação e seus mecanismos de atuação que tanto podem reproduzir o discurso hegemônico eurocentrado, como abarcar seu potencial emancipatório para suas práticas em uma sociedade multicultural.

Para essa pesquisa, busco investigar como o curso de licenciatura em música da Universidade XXXX trabalha com as questões supracitadas, principalmente considerando a mudança no perfil dos(as) estudantes que vem ingressando na universidade, tendo em vista que em 2017 a mesma completou 10 anos desde a implementação do Programa de Ações Afirmativas para seus cursos de graduação. Essa mudança representa uma demanda para a formação profissional dos docentes, visando a educação para as relações étnico-raciais? Como o currículo do curso dialoga com as demandas concernentes a uma sociedade multicultural? De que maneira a educação musical tem se relacionado com o estudo das relações étnico-raciais nos trabalhos acadêmicos no Brasil e dentro do curso a ser investigado? Essas são as questões que guiarão a pesquisa de Iniciação Científica a ser realizada.

Relações Étnico-Raciais e Educação Musical

Visando verificar como a Educação Musical tem se relacionado com as Relações Étnico-Raciais através do que vem sido discutido e apresentado nos trabalhos acadêmicos, realizou-se um levantamento bibliográfico de artigos e publicações dos Congressos e Revistas mais conhecidas da área de Educação Musical, a saber: Revista da ABEM (Associação Brasileira de Educação Musical), Anais da ABEM e Anais da ANPPOM (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música). Além disso, alguns artigos foram encontrados em outros sites, tais como o da Revista Eletrônica de Educação, Revista Currículo sem fronteiras, Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero e Revista Educação de Santa Maria.

Para o levantamento de artigos da Revista ABEM, foi estipulado um recorte temporal: foram analisadas as edições a partir de 2001. A justificativa para tal recorte é o fato de que, neste mesmo ano, houve a I Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul. Como resultado dessa conferência, foi elaborada a chamada “Declaração de Durban” que, no Brasil, influenciou diversas áreas – inclusive a educação –, o que ocasionaria na aprovação de uma legislação disposta a propor mecanismos de erradicação de todas as formas de preconceito no país. As demais buscas nos outros bancos de dados não tiveram recorte temporal, visto que os mecanismos de busca não mostraram resultados anteriores ao ano mencionado.

Ao todo, foram selecionados 24 artigos, sendo eles sistematizados na tabela a seguir:

Tabela 1: Número de artigos e publicações levantadas dos Congressos e Revistas mais conhecidas da área de Educação Musical.

Banco de Dados	Quantidade de artigos
Revista da ABEM	6
Revista Educação de Santa Maria	1
Revista Eletrônica de Educação	1
Revista Currículo sem fronteiras	1
Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero	1
Anais da ANPPOM	3
Anais da ABEM	11

Fonte: Levantamento bibliográfico realizado pela autora.

Os artigos foram encontrados através das palavras-chave relações étnico-raciais, raça e multiculturalismo. Apenas 15 trabalhos falavam sobre o diálogo entre educação musical e relações étnico-raciais e, portanto, foram os únicos levados em consideração para a reflexão e construção do presente trabalho.

Foi realizado um processo de análise e fichamento dos artigos, buscando-se averiguar sobre quais aspectos didáticos, sociológicos e musicais estes dissertavam e, de uma maneira geral, os textos analisados trouxeram fatores e discussões pertinentes ao debate acerca da necessidade de uma educação musical que leve em consideração as relações étnico-raciais. No entanto, muitos deles ainda se encontram com pouca profundidade no que diz respeito ao papel da música enquanto agente de transformação – dentro e fora da sala de aula – numa sociedade onde almejam-se relações pautadas no antirracismo.

Tendo feito este levantamento, passei a buscar autores que pudessem compor meu referencial teórico.

Referencial teórico

Ao se falar sobre as relações étnico-raciais no campo teórico, principalmente no contexto do meio acadêmico, alguns termos são recorrentes. Para o entendimento de algumas discussões que serão propostas na pesquisa, optamos por discutir alguns destes termos, reconhecendo a sua relevância ao concordar que

Os termos e conceitos revelam não só a teorização sobre a temática racial, mas também as diferentes interpretações que a sociedade brasileira e os atores sociais realizam a respeito das relações raciais. (GOMES, 2005, p. 39)

Dessa forma, para o desenvolvimento e compreensão deste texto, negras serão consideradas as pessoas classificadas como pretas ou pardas nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para além dessa classificação, o ser negro ou negra também envolve processos identitários. Muitas são as

produções acadêmicas que buscam definir ou explicar o que vem a ser identidade, mas, ainda assim, nenhuma definição em específico é tida como definitiva por si só. Cabe, então, discutir sobre os elementos que podem vir a constituí-la. Segundo Gomes (2005, pg. 41):

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares, referências civilizatórias que marcam a condição humana.

Assim, a partir da definição acima, entendemos que enfatizar a identidade significa enfatizar a diferença. Mesmo que a busca por identidade por parte de um determinado grupo social chame a atenção para essas diferenças, “é como um processo de espelhamento. Ao mesmo tempo em que os grupos socialmente discriminados lançam um olhar para a sociedade, formam-se imagens a partir do modo como uma sociedade se vê refletida pelos olhos do outro” (GOMES, 2005, p. 42).

Isso significa que o processo de construção de identidade, na realidade, pressupõe uma interação. Segundo Gomes (2005, pg. 42) “nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros.” Por esse movimento passam todos os processos identitários e, portanto, isso também diz respeito à construção da identidade negra.

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. (GOMES, 2005, p. 43).

O processo de construção identitária negra positiva na nossa sociedade, cuja história tendia e tende a ensinar desde muito cedo aos negros e negras que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio. Isso se repete no âmbito escolar e é o que faz ser importante a discussão acerca da incorporação da diversidade cultural na formação de professores.

Complementando essa discussão, faz-se necessária a compreensão do que significa

raça na nossa sociedade. Trata-se de um conceito que traz divergências de opiniões tanto no campo das Ciências Sociais – e na Academia, como um todo –, quanto no cotidiano dos brasileiros e brasileiras. Algumas concepções são mais generalizadas e aceitas, tais como a compreensão de que as

Raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. (GOMES, 2005, p. 49).

Outra maneira de se referir aos negros e negras é utilizando o termo etnia. Muitos intelectuais o preferem, pois acham que desta maneira não ficarão presos ao determinismo biológico que a palavra raça pode carregar. Como explica Gomes (2005, p. 47):

Por isso, muitas vezes, alguns intelectuais, ao se referirem ao segmento negro, utilizam o termo étnico-racial, demonstrando que estão considerando uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, cultura a vida dos negros no Brasil.

A sociedade brasileira foi moldada de modo a enxergar as diferenças e fazer classificações a partir dela. O problema não está necessariamente nessa classificação, mas sim na hierarquização proveniente desse processo – não só no âmbito racial, mas também de gênero, classificações sociais, dentre outros. Quando não são realizadas reflexões sobre esse fenômeno, contribuimos para a reprodução do racismo.

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é, por outro lado, um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, 2005, p. 52).

O racismo pode manifestar-se de duas maneiras: a individual e a institucional. O racismo individual é externalizado através de ações discriminatórias realizadas por indivíduos contra outros indivíduos. Nessas ações estão incorporadas agressões físicas e verbais, assassinatos, violência simbólica, dentre outras. A forma institucional do racismo,

segundo Gomes (2005, p. 53),

implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos.

Ainda segundo a autora, é necessário atentar-se para o fato de que

Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. (GOMES, 2005, p. 53).

Ao longo do seu processo histórico de construção, a sociedade brasileira admitiu para si um discurso ideológico de que existe uma harmonia racial, uma simbiose, entre negros e brancos. Esse discurso é herança do que alguns intelectuais denominam de mito da democracia racial, que consiste

(...) corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil e, de outro, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. (GOMES, 2005, p. 57)

Essa imagem foi, de várias formas, internalizada e naturalizada na sociedade brasileira. No entanto, a constante atuação de movimentos, como o Movimento Negro, e a conseqüente formação de debates políticos, assim como a produção acadêmica voltada para essas questões, tem ajudado a superar esse discurso ideológico.

É nesse contexto que a escola se mostra como ambiente de fundamental importância, enquanto suscitadora de debates e práticas que levem as questões raciais em consideração. Apesar de não ser a única responsável pela transformação da sociedade, é nesse espaço que podemos nos utilizar de práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial que influenciarão diretamente em nosso comportamento em sociedade. Para que isso aconteça, dentre muitos fatores, é imprescindível conhecer mais sobre a história africana e afro-brasileira, o que nos sugere a ideia de que é preciso repensar a formação docente e os currículos escolares.

Impulsionada pela alteração da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) através da sanção da Lei nº 10.639/03 e sua regulamentação pelo parecer CNE/CP 03/2004 e pela resolução CNE/CP 01/2004 (Brasil, 2005), Gomes (2012) discute sobre os processos de descolonização dos currículos na escola brasileira. Para a autora, é necessário questionar-se acerca da natureza do currículo:

Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. (GOMES, 2012, p. 102)

É necessário compreender que, ao longo dos anos, a construção dos currículos acompanhou os paradigmas e preceitos da nossa sociedade, inclusive no que diz respeito às diferenças e diversidade cultural e étnico-racial.

Esse processo, que necessita ser superado, se deu “em um contexto tenso de choque entre paradigmas no qual algumas culturas e formas de conhecer o mundo se tornaram dominantes em detrimento de outras por meio de formas explícitas e simbólicas de força e violência. Tal processo resultou na hegemonia de um conhecimento em detrimento de outro e a instauração de um imaginário que vê de forma hierarquizada e inferior as culturas, povos e grupos étnico-raciais que estão fora do paradigma considerado civilizado e culto. (GOMES, 2012, p. 102)

A ruptura do processo acima citado é o que a autora chama de descolonização dos currículos, o que consiste no “conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber” e envolve “a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo.” (Gomes, 2012, p.107)

No âmbito da formação de professores, alguns questionamentos são levantados pela autora acerca de como este campo lida com as rupturas dos paradigmas que envolvem os currículos atuais, tendo em vista as leis supracitadas. Para respondê-los, primeiramente é necessário pensar sobre o lugar das questões étnico-raciais nos currículos, tendo em vista que os conteúdos que são considerados na maioria das instituições de ensino e tidos como centrais nas propostas curriculares são fortemente ligados a uma dita cultura hegemônica, enquanto as culturas e/ou vozes das minorias marginalizadas tendem a

perpetuar-se no silêncio – isso quando não são estereotipadas ou deformadas. Assim sendo, a compreensão da maneira com a qual isso acontece já é por si só um avanço no campo educacional. No entanto, é necessário ir além:

A introdução da Lei nº 10.630/03 – não como mais disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico – poderá romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial. (GOMES, 2012: 105) (GOMES, 2012, p. 105)

Ou seja, se pensarmos no âmbito das mudanças estruturais propostas por essa legislação, podemos dizer que a mesma

abre caminhos para a construção de uma educação anti-racista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. (GOMES, 2012, p. 105).

Esse “falar” consiste num diálogo intercultural, que se propõe a promover a emancipação dos envolvidos no processo educacional. Após isso, é preciso pensar sobre a formação docente, tendo em vista que é necessário saber como lidar com essas demandas em sala de aula e como, através do currículo e dos procedimentos pedagógicos empregados, atuar em uma sociedade multicultural.

Por fim, Gomes (2012) traz um questionamento acerca do quão eficazes estão sendo essas mudanças na escola brasileira – que, por fim, acaba influenciando também nos perfis e currículos dos cursos superiores –, ainda que lentamente. Trata-se de um campo ainda aberto a investigações e, para essa pesquisa, pensar sobre como é abordada a diversidade étnico-racial no currículo para formação de professores na área de Educação Musical será a questão que guiará o estudo.

Objetivos de Pesquisa

A partir de todo o exposto, a pesquisa de iniciação Científica a ser realizada tem como objetivo investigar como as questões étnico-raciais têm sido discutidas no curso de Licenciatura em Música da Universidade XXXX. De maneira específica, ela propõe-se a

analisar os conteúdos do currículo do curso no que toca à diversidade étnico-racial, bem como averiguar como este dialoga com o contexto nacional de debates em torno da questão racial na educação musical. Além disso, num segundo momento da pesquisa será examinada qual a percepção das(os) estudantes negras e negros do curso sobre o currículo no que tange à questão étnico-racial e qual a percepção destes sobre a abordagem dos conteúdos pelos professores e professoras.

Metodologia

Para investigar os conteúdos do currículo do curso de licenciatura em Música da Universidade XXXX será realizada uma análise documental. Os principais documentos a serem analisados nesta pesquisa serão as ementas das disciplinas presentes no projeto político-pedagógico (PPP) do curso superior em questão. A partir destes, será investigada qual a percepção das(os) estudantes negras e negros do curso sobre o mesmo e sobre a abordagem destes conteúdos pelos professores e professoras, no que tange à questão étnico-racial. Para isso serão realizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes autodeclarados(as) negros(as) e regularmente matriculados(as) no curso de Licenciatura em Música da UFSCar.

Resultados esperados

Com a realização desta pesquisa, espera-se descobrir um pouco mais sobre como se dá a articulação entre diversidade étnico-racial, currículo e formação de professores na área de Educação Musical, especificamente no curso de Licenciatura em Música da Universidade XXXX. Com base em nossas conclusões, esperamos conseguir contribuir para o debate acerca do desenvolvimento de propostas e ações que tenham como pauta a formação de professores para a diversidade e a promoção de uma educação musical intercultural como ferramenta para que haja efetivamente uma educação antirracista.

Referências

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília: junho, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03*. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39 - 62.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>> Acesso em: Maio/2017

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SANTANA, Bianca. *Quando me descobri negra*. São Paulo: SESI-SP Editora, 2015.